

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

187 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 27/11 a 1/12/2023

1. LXX COSAC	1
2. ICM CULT	1
3. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	2
ENVI e LIBE	2
4. COP28	2
Energia de fontes renováveis	2
Tarifação de carbono	3
5. COMBATE À INTRODUÇÃO CLANDESTINA DE MIGRANTES	3
6. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE MOBILIDADE	4
7. RELATÓRIO ERASMUS+	4
8. RELAÇÕES UE-TURQUIA	5
9. RECONSTRUÇÃO DA UCRÂNIA	5
10. REDES ELÉTRICAS	5
11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Emprego e Política Social	6
Conselho Negócios Estrangeiros (Comércio)	6
Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Saúde	6
Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão)	7
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7
Cooperação interparlamentar	7
13. ACADEMIA ESTUDOS TEMÁTICOS	8

1. LXX COSAC¹

Decorreu nos dias 26 a 28 de novembro, em Madrid, a [LXX COSAC](#) (Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União) organizada pela [dimensão parlamentar](#) da Presidência espanhola do Conselho da UE, que contou com a participação de uma delegação da Assembleia da República composta pelo Presidente da [Comissão de Assuntos Europeus](#), Deputado Luís Capoulas Santos (PS), e pelos Deputados da mesma Comissão João Paulo Rebelo (PS), Nathalie Oliveira (PS), Maria Emília Apolinário (PSD), Firmino Marques (PSD) e Bruno Nunes (CH).

Da [agenda](#) da reunião constava a sessão de abertura, na qual participou o Presidente do Senado espanhol, Pedro Rollán Ojeda, o painel dedicado a questões de procedimento e assuntos diversos, no qual a Presidência informou os participantes sobre os resultados da [reunião](#) da tróica presidencial da COSAC, seguindo-se a apresentação do [40.º relatório bianual da COSAC](#) pelo [Membro Permanente](#) do Secretariado da COSAC, a nomeação do novo Membro Permanente do Secretariado da COSAC e a apresentação das [cartas](#) recebidas pela Presidência.

As sessões de trabalho incidiram sobre «*A Presidência Espanhola do Conselho da União Europeia*», «*O Pacto de Migração e Asilo da UE*», «*Crise energética e transição ecológica*», «*Situação na Ucrânia e as relações com a União Europeia*» e a «*Autonomia estratégica aberta e as relações com a América Latina*». Nos debates que se seguiram, os parlamentares destacaram, entre outros, os resultados alcançados pela Presidência espanhola, o apelo ao cessar-fogo na Faixa de Gaza, a urgência em concluir o Pacto de Migração e Asilo e a relevância da solidariedade entre os Estados-Membros, a importância de continuar a combater as alterações climáticas, a necessária justiça na transição ecológica, a união conseguida pelos Estados-Membros no combate à crise energética, nomeadamente no controlo do aumento dos preços, a relevância de promover as energias renováveis, a essencialidade do contínuo auxílio da UE à Ucrânia (com mais fornecimento de armamento e munições), o apoio à adesão da Ucrânia à UE, bem como dos países dos Balcãs Ocidentais, alertando para a necessidade da UE avançar com as suas reformas internas. Foi ainda enfatizada a relevância da autonomia da UE, tornando-se menos dependente de países terceiros, e a importância de aprofundar as relações entre a UE e a América do Sul para alcançar também uma maior autonomia.

Na sessão de encerramento, procedeu-se à adoção dos contributos e conclusões da LXX COSAC, que, para além das temáticas da reunião, versaram ainda sobre o conflito no Médio Oriente.

Toda a documentação referente à reunião, bem como a respetiva reprodução integral em vídeo está disponível [aqui](#).

2. ICM CULT²

A Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento Europeu (CULT) organizou, nos dias 27 e 28 de novembro, em Bruxelas, uma [reunião interparlamentar dedicada ao tema «Educação para a Cidadania Europeia»](#). A Assembleia da República participou nesta reunião com uma delegação constituída pelos Deputados Pompeu Martins (PS) e Cláudia André (PSD), da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, e Susana Correia (PS) e João Barbosa de Melo (PSD), da Comissão dos Assuntos Europeus. O [programa](#) incluiu a participação, entre outros, de Sabine Verheyen, Presidente da CULT, Pia Ahrenkilde Hansen, Diretora-Geral da DG da Educação, Juventude, Desporto e Cultura da Comissão Europeia, José Manuel Bar Cendón, Secretário de Estado da Educação de Espanha, que apresentou as [conclusões do Conselho de 23 de novembro](#) sobre o contributo da educação e formação para os valores europeus comuns e a cidadania democrática, e Jaume Duch Guillot, Diretor-Geral da DG Comunicação do Parlamento Europeu.

¹ Ponto elaborado por Gonçalo Sousa Pereira, Assessor da Comissão de Assuntos Europeus

² Ponto elaborado por Ana Montanha, Assessora da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Durante o período de debate, os deputados dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu partilharam boas práticas na educação para a cidadania europeia no contexto nacional e europeu, referindo projetos de sucesso na promoção da cidadania europeia, destacando, em particular, o programa Erasmus+. Focaram a importância da educação para a cidadania europeia nos jovens, a necessidade da formação dos formadores nestas matérias, bem como a responsabilidade das famílias. O papel do Parlamento Europeu na implementação das ações para a educação para a cidadania europeia e a importância da cidadania europeia nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024 foram também assuntos amplamente debatidos. A defesa da cultura e dos valores europeus, a promoção do diálogo estruturado, o abandono escolar, a adaptação dos currículos e a falta de professores foram outros temas abordados durante os debates.

Os vídeos da reunião encontram-se disponíveis [aqui](#) e [aqui](#).

3. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

ENVI e LIBE

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar e a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos adotaram a sua [posição relativamente à criação de um Espaço Europeu de Dados de Saúde](#), por forma a impulsionar a portabilidade dos dados pessoais de saúde e tornar a sua partilha mais segura. A criação deste espaço permitirá aos cidadãos controlar os seus dados pessoais de saúde e facilitar a sua partilha para fins de investigação, tendo o relatório sido aprovado com 95 votos a favor, 18 contra e 10 abstenções. Além de tornar a partilha de dados de saúde agregados possível, este espaço europeu proíbe certas utilizações, por exemplo, para fins de publicidade, exclusão de pessoas de benefícios ou seguros, partilha não autorizada com terceiros. Os deputados deixaram claro que querem tornar obrigatória a autorização explícita dos doentes para a utilização secundária de determinados dados de saúde sensíveis e prever um mecanismo de auto-exclusão para outros dados, dar aos cidadãos o direito de contestar uma decisão de um organismo de acesso a dados de saúde e permitir que as organizações sem fins lucrativos apresentem queixas em seu nome, alargar a lista de casos em que uma utilização secundária seria proibida, por exemplo, no mercado de trabalho ou nos serviços financeiros, e assegurar que todos os países da UE recebam financiamento suficiente para garantir a proteção da utilização secundária dos dados e proteger os dados abrangidos por direitos de propriedade intelectual ou que constituam segredos comerciais.

4. COP28

Decorre entre os dias 30 de novembro e 12 de dezembro a COP28 ([Conferência das Partes \(COP28\)](#)) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)). A [UE participa nesta Conferência](#), destacando-se até ao momento as principais ações:

Energia de fontes renováveis

A presidente Ursula von der Leyen lançou o [Compromisso Mundial para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética](#), que estabelece metas mundiais no sentido de triplicar a capacidade instalada de produção de energia a partir de fontes renováveis para, pelo menos, 11 terawatts (TW), e de duplicar a taxa de melhoria da eficiência energética a nível mundial, passando de cerca de 2% para um valor anual de 4%, até 2030. Para apoiar a concretização do Compromisso Mundial, [a presidente anunciou](#) que «*nos próximos dois anos, investiremos 2,3 mil milhões de euros do orçamento da UE para apoiar a transição energética nos países vizinhos e em todo o mundo*».

Assim, para que a comunidade internacional possa avaliar os progressos realizados na consecução das metas de Paris relativas à temperatura e manter o alinhamento com essas metas, na véspera de cada COP, será publicada uma análise anual dos desenvolvimentos a nível mundial que contribuem para a consecução das metas de 11 TW de energia renovável e de melhoria anual da eficiência energética de 4%.

Tarificação de carbono

A presidente organizou também um [evento de alto nível para promover o desenvolvimento da tarificação do carbono e dos mercados do carbono](#), como fortes instrumentos para cumprir os objetivos do Acordo de Paris.

O presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, a Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio, Ngozi Okonjo-Iweala, e a Diretora Executiva do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva, estiveram presentes no evento, que marca uma nova fase na cooperação em matéria de tarificação do carbono, tendo as quatro organizações sublinhado a importância desta tarificação para o clima e para uma transição justa.

A Comissão continuará a prestar apoio técnico aos países que pretendam introduzir sistemas de tarificação do carbono na sua legislação nacional e a ajudá-los a desenvolver abordagens sólidas no que se refere aos mercados internacionais que sejam consistentes com as suas estratégias a longo prazo em matéria de clima e de desenvolvimento.

Após o evento, prevê-se que a COP 28 desempenhe um papel importante na definição de um parâmetro de referência para os mercados internacionais e voluntários do carbono que garanta o seu valor acrescentado e fiabilidade, promovendo simultaneamente uma partilha equitativa dos benefícios entre os participantes.

A presidente da Comissão Europeia referiu a este propósito que «*A tarificação do carbono é o elemento central do Pacto Ecológico Europeu. (...) Vários países em todo o mundo já adotaram a tarificação do carbono, com 73 instrumentos em vigor, o que cobre um quarto do total das emissões mundiais. Trata-se de um bom começo, mas é necessário ir mais longe e mais rapidamente. A UE está disposta a partilhar a sua experiência e a ajudar outros nesta nobre tarefa.*».

5. COMBATE À INTRODUÇÃO CLANDESTINA DE MIGRANTES

A Comissão Europeia propôs [nova legislação para prevenir e combater a migração clandestina](#), lançando um apelo à mobilização para uma aliança mundial para combater a introdução clandestina de migrantes.

A modernização e reforço do quadro legal da UE existente visa:

- Atuar eficazmente contra as redes de criminalidade organizada;
- Harmonizar as sanções para que reflitam a gravidade da infração;
- Melhorar o alcance jurisdicional;
- Reforçar os recursos e as capacidades dos Estados-Membros;
- Melhorar a recolha de dados e a elaboração de relatórios.

A Comissão propôs ainda um [regulamento](#) para reforçar o papel da Europol e a cooperação inter-agências na luta contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos. O papel do Centro da Europol contra o Tráfico de Migrantes será reforçado através da melhoria da coordenação a nível da UE, da cooperação inter-agências, melhoria da partilha de informação, reforço de recursos (serviços especializados nos Estados-Membros) e um maior apoio da Europol através do destacamento de pessoal.

O trabalho relativo ao apelo a uma aliança global será desenvolvido num quadro criado pela Comissão, que trabalhará em estreita colaboração e atuará como ponto de contacto para todas as partes interessadas a nível mundial. A Comissão convocará grupos de peritos técnicos com representantes das instituições e agências da UE, dos Estados-Membros, dos países parceiros, de organizações internacionais e de outras partes interessadas.

6. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE MOBILIDADE

Foram lançadas esta semana uma série de propostas destinadas a [melhorar a experiência dos passageiros e viajantes](#), reforçando os seus direitos, centrando-se em três vertentes:

1. Reforço dos direitos dos passageiros - subsistindo algumas lacunas nas regras atuais que obstam a que os passageiros beneficiem plenamente dos seus direitos, foi apresentada uma proposta de [revisão dos regulamentos relativos aos direitos dos passageiros](#), que reforça os mecanismos de execução e introduz regras para os passageiros aéreos que reservam os seus voos através de um intermediário, incluindo em matéria de reembolso, assim como uma [proposta relativa aos direitos dos passageiros no contexto das viagens multimodais](#), que estabelece, pela primeira vez, novas regras para proteger os passageiros que utilizam diferentes tipos de transporte, como autocarros, comboios e aviões, em todas as viagens. É ainda prestada especial atenção às necessidades dos passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida.
2. **Proteção dos viajantes que compram viagens organizadas** - Com a [revisão da Diretiva Viagens Organizadas de 2015](#), a proteção dos viajantes que compram viagens organizadas será, futuramente, mais eficaz, em especial em situações de crise, na linha dos ensinamentos retirados da pandemia COVID-19. As novas regras permitem que os viajantes continuem a ter direito ao reembolso no prazo de 14 dias, sendo este procedimento facilitado porque os organizadores de viagens organizadas, a maioria dos quais são pequenas e médias empresas (PME), terão direito a um reembolso por parte dos prestadores de serviços no prazo de 7 dias. Por outro lado, os pagamentos por transferência efetuados pelos viajantes que compram viagens organizadas não podem exceder 25% do preço da viagem organizada, salvo exceções, e os organizadores não podem solicitar o pagamento total antes de decorridos 28 dias antes do início da viagem organizada. Acresce ainda que os viajantes, aos quais seja oferecido um vale, receberão informações claras sobre a possibilidade de exigir o reembolso e sobre as características do vale antes de o aceitarem e receberão informações claras sobre se uma combinação de serviços de viagem que lhes é oferecida constitui uma viagem organizada, quem é o operador responsável e sobre os seus direitos enquanto consumidores de uma viagem organizada.
3. **Melhores serviços de informação sobre as viagens multimodais e a criação de um espaço comum europeu de dados sobre a mobilidade** - a [revisão do Regulamento Delegado relativo ao serviço de informação sobre viagens multimodais à escala da UE \(MMTIS\)](#) facilitará aos passageiros a obtenção, através de serviços de informação de viagem, de informações em tempo real sobre os diferentes modos de transporte e o acesso a informações atualizadas em tempo real durante a viagem, por exemplo, sobre atrasos e cancelamentos.

Refira-se ainda que, em consonância com a [Estratégia Europeia para os Dados](#) e apoiada pelo [Programa Europa Digital](#), a iniciativa relativa a um [espaço comum europeu de dados sobre a mobilidade](#) (EMDS), facilitará o acesso, a mutualização e a partilha de dados provenientes das fontes de dados existentes e futuras sobre transportes e mobilidade. Conferirá o acesso e a partilha de dados em tempo real, permitindo que os viajantes se mantenham atualizados em relação à situação dos transportes e às condições de tráfego, podendo planear melhor as suas viagens.

As secções de perguntas e respostas sobre as diferentes iniciativas encontram-se disponíveis [aqui](#).

7. RELATÓRIO ERASMUS+

Foi apresentada esta semana a [edição de 2022 do Relatório Anual sobre o programa Erasmus+](#), durante a [6.ª Cimeira Europeia da Educação](#).

O [relatório](#) mostra que o programa cumpriu os seus objetivos para 2022, com uma utilização eficiente dos fundos, continuando a crescer. Com um orçamento de cerca de 26,2 mil milhões de EUR para 2021-27 (quase

o dobro do financiamento disponível em 2014-20), o Erasmus+ coloca uma forte ênfase na inclusão social, nas transições ecológica e digital e na promoção da participação na vida democrática.

Inclui ainda informações sobre o impacto deste programa na mobilidade dos cidadãos dentro e fora da Europa, a positividade no seu desenvolvimento educativo, social, pessoal e profissional, o reforço do sentimento de identidade europeia, da inclusão e da diversidade. O programa tornou-se mais ecológico e digital, apoiando estas transições. O relatório completo encontra-se disponível [aqui](#).

8. RELAÇÕES UE-TURQUIA

A Comissão Europeia e o alto representante adotaram uma [comunicação conjunta sobre a situação das relações políticas, económicas e comerciais UE-Turquia](#), dando seguimento à missão estabelecida pelo Conselho Europeu de 29-30 de junho de 2023 e atualizando a comunicação de 2021.

Além de fazer um ponto da situação das relações UE-Turquia, a comunicação formula recomendações, com intuito de fazer progredir as relações de forma estratégica e prospetiva. Assim, a Comissão Europeia e o alto representante recomendam que se tomem medidas adicionais em prol de uma colaboração construtiva de forma progressiva, proporcionada e reversível, e com base nas condições estabelecidas pelo Conselho Europeu, em domínios essenciais de cooperação, mantendo simultaneamente a determinação de utilizar os instrumentos e opções de que a UE dispõe para defender os seus interesses e os dos seus Estados-Membros.

O relatório será agora apresentado ao Conselho Europeu para apreciação e orientação.

Recorde-se que a Comissão publicou, no início de novembro, a comunicação de 2023 sobre a política de alargamento e o [relatório periódico](#) relativo à Turquia, que faz o ponto da situação do processo de adesão.

9. RECONSTRUÇÃO DA UCRÂNIA

Teve lugar em Vilnius, na Lituânia, uma [conferência de alto nível](#) sobre a recuperação ecológica na Ucrânia. Composta por um segmento político e um segmento empresarial, a conferência fez um balanço dos desafios futuros e debateu estratégias e soluções concretas subjacentes a uma reconstrução e recuperação ecológicas, criando uma dinâmica para uma elevada ambição em matéria de sustentabilidade e em benefício de todos os ucranianos. Os resultados encontram-se disponíveis [aqui](#).

10. REDES ELÉTRICAS

Para promover a concretização do Pacto Ecológico Europeu, a Comissão Europeia propôs um [plano de ação](#) para [garantir que as redes elétricas funcionem de forma mais eficiente](#) e sejam implantadas mais rapidamente. Prevê-se que, até 2030, o consumo de eletricidade na UE aumente cerca de 60%. As redes deverão ser adaptadas a um sistema mais digitalizado, descentralizado e flexível, constituído por milhões de painéis solares na cobertura dos edifícios, bombas de calor e comunidades locais que partilhem os seus recursos, mais energias renováveis ao largo, mais veículos elétricos a carregar e necessidades crescentes em matéria de produção de hidrogénio. O investimento estimado é de 584 milhões de euros

O [plano de ação](#), que procura resolver o problema das ligações que faltam no processo de transição para as energias limpas, estabelece [medidas](#) que visam:

- Acelerar a implementação de projetos de interesse comum e desenvolver novos projetos mediante uma orientação política adequada, um acompanhamento reforçado e mais propostas para novos projetos;
- Melhorar o planeamento das redes a longo prazo, a fim de integrar mais energias renováveis;

- Introduzir incentivos regulamentares através de orientações sobre investimentos antecipativos e orientados para o futuro e sobre a partilha de custos transfronteiras para projetos de produção de energias renováveis ao largo;
- Encorajar uma melhor utilização das redes graças a um aumento da transparência e a uma melhoria das tarifas de rede para redes mais inteligentes;
- Melhorar o acesso ao financiamento de projetos de redes;
- Encorajar uma aceleração do processo de concessão de licenças para a implantação das redes;
- Melhorar e garantir as cadeias de abastecimento da rede.

11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Emprego e Política Social

Os [ministros](#) chegaram a [acordo sobre a posição do Conselho](#) relativamente à diretiva que estabelece o cartão europeu de deficiência e o cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência, que facilitará a livre circulação das pessoas com deficiência na União, assegurando a igualdade de acesso a condições especiais e a tratamento preferencial para as pessoas com deficiência durante estadas de curta duração. Foi realizado um debate de orientação sobre o Semestre Europeu e sobre a negociação coletiva ecológica, debatendo a forma como a negociação coletiva pode acompanhar uma transição justa para a neutralidade climática, partilhando experiências e boas práticas nacionais. Foram aprovadas [conclusões](#) sobre o reforço da democracia no trabalho e a negociação coletiva ecológica, em prol do trabalho digno e do crescimento sustentável e inclusivo, feito um balanço do Plano de Ação da UE contra o Racismo 2020-2025, assim como trocados pontos de vista sobre o papel dos investimentos sociais e das reformas conexas, sobre as medidas para aplicar políticas sociais assentes em dados concretos e aprovadas [conclusões](#) sobre a digitalização da coordenação da segurança social para facilitar o exercício dos direitos em matéria de segurança social na UE e aliviar os encargos administrativos.

Conselho Negócios Estrangeiros (Comércio)

Nesta [reunião](#), os ministros fizeram o ponto da situação dos preparativos para a 13.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (CM13), sendo as quatro prioridades da UE o restabelecimento de um mecanismo de resolução de litígios e do Órgão de Recurso plenamente operacionais, a conclusão da segunda fase das negociações sobre os subsídios à pesca, a prorrogação da moratória sobre o comércio eletrónico e lançamento de um espaço específico para deliberar sobre a intervenção do Estado e a sustentabilidade ambiental. Foi debatido o calendário para adoção e assinatura do [acordo de comércio provisório com o Chile](#), devendo a assinatura ocorrer em dezembro. Foi ainda feito um ponto de situação sobre as principais questões das relações comerciais UE-EUA, na sequência da recente cimeira bilateral, abordando o acordo mundial sobre aço e alumínio sustentáveis e as negociações do acordo sobre os minerais críticos.

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Saúde

Os ministros procederam a uma troca de pontos de vista pública sobre a [melhoria da autonomia estratégica aberta da UE no domínio da saúde](#), com foco numa maior cooperação da UE para garantir a segurança do aprovisionamento e no combate à escassez de medicamentos. Foram adotadas conclusões sobre a saúde mental, convidando-se os Estados-Membros a elaborarem planos de ação ou estratégias com uma abordagem intersetorial da saúde mental, que abranjam não só a saúde, mas também o emprego, a educação, a digitalização e a IA, a cultura, o ambiente e os fatores climáticos, entre outros elementos. Foram prestadas informações aos ministros sobre o Regulamento relativo às taxas da EMA (a adotar formalmente dentro em breve), o regulamento relativo às substâncias de origem humana, o Regulamento Espaço Europeu de Dados de Saúde, e

o pacote Medicamentos, assim como sobre as negociações em curso relativas ao acordo internacional sobre pandemias.

Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão)

O [Conselho](#) aprovou [conclusões sobre o futuro da política de coesão](#), que estabelecem a posição do Conselho sobre as perspetivas da política de coesão quando o atual quadro financeiro plurianual terminar em 2027, incluindo os seus elementos fundamentais que devem ser mantidos e desenvolvidos no futuro. Os ministros debateram a forma como a política de coesão poderá contribuir para a consecução da autonomia estratégica europeia, através da redução das dependências da UE em domínios como a energia, o material de saúde, as tecnologias digitais ou os alimentos, apoio à competitividade das grandes empresas da UE em setores estratégicos e contrariar a sua deslocalização para fora da UE. Consideraram os ministros que a política de coesão já está a apoiar a competitividade da UE através dos seus investimentos orientados para o futuro e das suas estratégias de especialização inteligente, com foco na importância de manter o apoio às PME e de apoiar toda a cadeia de valor e assegurar condições de concorrência equitativas. Foram ainda debatidas as medidas que poderiam ser tomadas para ajudar a [aumentar a absorção dos fundos da política de coesão](#) no período de 2014-2020.

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, os trabalhos no Parlamento Europeu serão dedicados às [atividades das comissões parlamentares](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [6 de dezembro](#), com destaque para o *pacote dos cidadãos (revisão das regras sobre proteção consular, Relatório da Cidadania 2023, linhas orientadoras revistas sobre a livre circulação; proteção dos animais durante o transporte - revisão da legislação da UE; resposta à iniciativa de cidadania europeia 'Fur Free Europe'*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 04.12: [Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\)](#); [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Transportes](#)
- 05.12: [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Telecomunicações](#)
- 07.12: [Cimeira UE-China](#); [Eurogrupo](#); [Conselho Competitividade \(Mercado Interno e Indústria\)](#)
- 08.12: [Conselho Competitividade \(Investigação e Espaço\)](#); [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#)

Cooperação interparlamentar

No dia 4 de dezembro:

- A Comissão LIBE do Parlamento Europeu organizará uma reunião interparlamentar subordinada ao tema «*A situação do Estado de direito na UE*», cujo programa se encontra disponível [aqui](#);

- A Comissão EMPL do Parlamento Europeu organizará uma reunião interparlamentar sobre «Participação de pessoas com deficiência no processo eleitoral» (programa [aqui](#)).

13. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, reunidos por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de novembro [aqui](#) e do arquivo *online* [aqui](#).

Bruxelas | 4 de dezembro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).